ATA do CMAS 354

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAFRA (SC) - CMAS.
Aos três dias de Junho de 2025 no Centro de Convivência do Idoso, situado na Tua Tupinambás, nº 80, Bairro Vista Alegre, ocorreu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Mafra conforme a pauta do ofício nº 07/2025/CMAS. CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: Titular Sandra HelenaTurnes, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, suplente Andréia Gaudêncio Rauen Nardo, Titular Alci Terezinha Leite, representante da Secretaria Municipal de Saúde, Titular Dalmir Frare, representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, Titular Ana Claudia de Souza Domingues, respresentante da Secretaria Municipal de Educação, esporte e cultura, Suplente Marco Antonio Hack, representante da Secretaria Municipal de Administração, Suplente Miguel Santos Gomes, representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior. CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DE USUÁRIOS OU DE ORGANIZAÇÕES DO SUAS: Suplente Aderli de Fatima Pikisius Neumann. CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DE ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Edson Eckel e Suplente Mariza Decol Weck Mattoso. CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DE TRABALHADORES OU ENTIDADES DE TRABALHADORES DO SUAS: Titular Thiago Afonso Endler e Titular Claudia Regina Cordeiro. Demais presentes de acordo com a lista de presença para convidados.Aprovação da ATA da reunião anterior, enviada por aplicativo de mensagem do grupo foi APROVADA. Correspondência **RECEBIDA:** *Oficio 097/25 ATENA informando ao CMAS Assunto: Retorno temporário dos serviços de acolhimento na Casa de Passagem a partir de 08 de maio de 2025 após reunião com a gestora Danielle Kondlatsch. *Ofício CIEE de 19 de maio informa mudança de endereço para a Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1335. Com horário de atendimento nas quintas-feiras no período matutino. A entidade solicita atualização de endereço no CNEAS. *E-mail da Secretaria Municipal de Saúde informa a troca de suplencia do conselheiro Alexandre Engel por Mariana Ruthes, aguardando ainda a confirmação pelo secretário da pasta. Correspondência **ENVIADA:** *Oficio º 007/2025 convocação para a reunião ordinária do CMAS. **DELIBERATIVO**: Sem deliberativos para essa plenária. **INFORMATIVO:** Informado o calendário das reuniões do conselho, de Julho a Dezembro, para publicação no site oficial de Prefeitura, o local da reunião de dezembro ficou pendente de confirmação. Solicitada a permanência da comissão de Análise e Fiscalização de Entidades a fim de dar inicio às analises dos documentos recebidos. A palavra foi passada para a Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, Danielle Kondlatsch, que procedesse, então, com a **PRÉ-CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 1.** Iniciou revisando o relatório da última conferência, realizada em 2023. **2.** Esclareceu o motivo dos questionamentos presentes no relatório de inscrição, os quais são encaminhados pelo Conselho Nacional de Assistência Social. **3.** Procedeu a leitura, na íntegra, da tabela de inscritos da última conferência. **4.** Registrou a desorganização por parte do Estado na realização da conferência estadual, justificando assim a ausência dos delegados eleitos de Mafra, uma vez que a data e o local do evento foram definidos na véspera da conferência. **5.** Apresentou os documentos e decretos pertinentes à realização de uma conferência. **6.** Iniciada a apresentação de propostas aprovadas pelo município de Mafra, organizada por eixos:

EIXO TEMATICO 1 - FINANCIAMENTO: No eixo 'financiamento' registrou-se que, na conferência anterior, uma das prioridades definidas pelo município foi a criação de um percentual mínimo de aplicação da receita corrente liquida do município na Política de Assistência Social, a exemplo do que já ocorre nas políticas de Educação e Saúde considerando o mínimo de 3%. No entanto, o município atingiu 3,40% e obteve, como média dos últimos quatro anos, o percentual de 3,17%. Considerando a insuficiência de fundos para a manutenção dos programas e, inclusive, para a contratação dos candidatos aprovados em concurso, destaca-se a necessidade de aumentar a meta para 4%. Destacando-se que não é em caráter obrigatório.Por sugestão da plenária, através da Soely Koene Sallai, psicóloga do CREAS, propôs-se o percentual de 5%. Maike Steidel, Assistente Social do CRAS, questionou se a obrigatoriedade poderia ser estabelecida através de uma lei municipal. Sugeriu, como proposta,a criação de uma legislação municipal que fixe esse percentual. Edson Eckel, registrou a importância de estabelecer percentuais também na esfera estadual e federal, considerando que as legislações municipais podem ser fundamentadas em normas superiores.
Outra prioridade do município foi garantir a aplicação de recursos para benefícios eventuais, em quantidade suficiente para atender à demanda apontada pelas equipes de referência dos serviços. Sobre os benefícios eventuais, a gestora Danielle registrou que houve avanços na regularidade da concessão dos benefícios, exceto no que se refere ao auxílio natalidade, no qual não foram observados progressos. Ao ser questionada a equipe técnica sobre esse benefício específico, não houve manifestações.Em relação ao cartão alimentação, Maike sugeriu que fosse disponibilizada também a opção de recebimento em alimentos, tendo em vista que algumas famílias enfrentam dificuldades de acesso aos mercados. Sobre o benefício eventual de aluguel social, registrou-se que houve avanços, enquanto o auxílio funeral permanece regularizado. A gestora solicitou à equipe técnica que identifique, para cada tipo de benefício eventual, se a quantidade ofertada foi suficiente para atender à demanda, e qual foi a demanda reprimida, a fim de subsidiar as discussões durante a conferência.O presidente questionou a evolução para cartão e a gestora avaliou como positiva. Maike esclareceu que apesar de bom e evolutivo, já que o usuário pode comprar o que é necessário, mas ressaltou que muitos usuários ainda enfrentam dificuldades, no que se diz respeito ao cartão. O presidente do Conselho questionou quais mercados aceitam o cartão alimentação, sendo esclarecido que há uma rede de estabelecimentos credenciados. Sugeriu, ainda, que se avalie a possibilidade de firmar parceria com esses mercados para a criação de um "mercado itinerante", a fim de facilitar o acesso das famílias de determinadas localidades. Foi esclarecido que alguns mercados já realizam essa prática. Em seguida, foi lida a proposta enviada ao Estado, que trata da garantia de cofinanciamento estadual de forma regular para todos os níveis de proteção social e benefícios eventuais, dando previsibilidade do valor anual repassado ao município, afim de facilitar o planejamento das ações socioassistenciais, a gestora avaliou a proposta como um avanço positivo, pela regularidade e previsibilidade dos repasses. No entanto, destacou que os gastos anuais com serviços de média e alta complexidade ultrapassam R$ 1.000.000,00, enquanto o valor atualmente recebido do Estado é de apenas R$ 187.000,00 para média e alta complexidade. Dessa forma, reforçou-se a necessidade de revisão dos valores, para que estejam de acordo com as demandas existentes. Na sequência, foram apresentadas as propostas para a união: Criação de percentual mínimo de aplicação da Receita Corrente Liquida na política de Assistência Social a exemplo das políticas de Educação e Saúde, considerando o valor mínimo de 1% dos recursos do governo

federal. No entanto, não houve avanços em relação a essa proposta. **Eixo 2 - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas participativas:** Como prioridade para o municipio, teve a proposta de implementação de um fórum permanente dos usuários no SUAS, com o objetivo de fortalecer a participação popular e ampliar os espaços de discussão sobre a Política de Assistência Social. A gestora avaliou que há dificuldades para implementar o fórum, devido à baixa participação dos usuários. Ressaltou a necessidade de desenvolver estratégias que promovam uma participação mais efetiva. Gabrielle, psicóloga do CREAS, destacou que a linguagem técnica utilizada nas reuniões e a dificuldade de locomoção de alguns usuários podem ser fatores que contribuem para essa baixa adesão. Como alternativa, foi sugerida a criação de conselhos itinerantes, que percorram as comunidades do interior, ampliando o acesso e a escuta qualificada dos usuários nos territórios onde vivem. Em seguida, foi lida a segunda proposta: criar um canal de participação dos usuários, no modelo de ouvidoria própria, com encaminhamento das demandas ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). A proposta foi avaliada como sem evolução até o momento. O presidente Thiago questionou o CRAS volante e sugeriu que sua retomada poderia atender as duas necessidades, fortalecer a participação dos usuários e viabilizar um canal direto de escuta e denúncia. Danielle esclareceu que o CRAS volante foi interrompido devido à rescisão contratual dos credenciados como técnicos. Acrescentou que está em planejamento uma ação itinerante do SUAS, com o objetivo de levar os serviços de média e alta complexidade aos territórios mais distantes, ampliando o acesso e fortalecendo o vínculo com os usuários. Na sequência, foi lida a proposta enviada ao Estado, que trata do aumento da participação da sociedade civil no Fórum Estadual Permanente de Assistência Social. Segundo a gestora, a proposta não obteve avanços até o momento. A proposta enviada à União prevê a garantia da educação permanente, com a realização de no mínimo um evento anual voltado a trabalhadores, conselheiros e usuários do SUAS. No entanto, a proposta não foi considerada um avanço significativo, pois, apesar da existência de algumas capacitações on-line, não há regularidade na oferta dessas formações, o que compromete a efetividade da educação continuada no âmbito da assistência social. **Eixo 3 - Articulação entre os segmentos: como potencializar a participação social no SUAS:** Em seguida, foi apresentada a segunda proposta para o município, que trata da efetivação dos trabalhos de intersetorialidade, por meio da instituição de protocolos, realização de reuniões regulares e capacitações intersetoriais. Diante disso, a gestora questionou os técnicos sobre o funcionamento da rede intersetorial. Soely informou que a rede de proteção à criança e adolescentes está ativa e em funcionamento, e demonstrou expectativa positiva quanto à rede de proteção à pessoa idosa, que foi recentemente iniciada. O presidente Thiago pontuou as dificuldades no trabalho intersetorial, mencionando como exemplo o Comitê de População em Situação de Rua (PSR), cujas reuniões não contam sequer com a presença do Ministério Público. Maike acrescentou que, na última abordagem em campo, houve ausência de um profissional da saúde, o que comprometeu alguns atendimentos. Soely complementou, destacando que a adesão às reuniões intersetoriais só ocorre quando o convite/convocação parte de uma autoridade com maior peso institucional, citando o caso da rede de proteção à criança, cuja efetiva participação só foi possível devido ao convite e à presença ativa do juiz nas reuniões. Em seguida, foi apresentada a proposta dirigida ao Estado, que trata da garantia do funcionamento 24 horas das DPCAMIs (Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso), com equipes suficientes e priorização de atendimentos

realizados por mulheres.A proposta não apresentou avanços até o momento.O presidente Thiago apontou a dificuldade de funcionamento do plantão da DPCAMI, relatando que o atendimento é demorado, pois há a necessidade de acionar diversos profissionais até que o caso seja efetivamente atendido. Maike acrescentou que há escassez de profissionais, defendendo a ampliação do quadro, com mais assistentes sociais e psicólogas para garantir um atendimento qualificado e ágil. Para a União, foi apresentada a proposta de incluir nutricionistas nas equipes de referência do SUAS, considerando que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não pode ser dissociada da Política de Assistência Social. Essa proposta também não obteve avanços, uma vez que a NOB-RH/SUAS não estabelece a obrigatoriedade da presença do nutricionista nas equipes. No entanto, foi ressaltado que esse é um movimento em crescimento no país, sendo considerado inevitável que, em breve, o nutricionista seja incorporado de forma estruturada às equipes de referência. Há movimentação para atualização da NOB-RH/SUAS. **EIXO 4 - Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS:** Prioridade para o município: Garantir equipamentos sociais com estrutura física adequada e equipes de referência completas em todos os níveis de proteção social, compostas por profissionais efetivos, conforme estabelece a NOB-RH/SUAS. A gestora reconhece que ainda há importantes desafios no que se refere à estrutura dos equipamentos. Em relação às equipes técnicas, houve melhoria significativa desde 2021, especialmente com a contratação de profissionais credenciados, o que permitiu maior regularidade na oferta dos serviços. No entanto, permanece a necessidade de convocação dos profissionais aprovados em concurso público, uma vez que o número atual de efetivos ainda é insuficiente para atender plenamente às demandas do SUAS. A segunda prioridade para o municipio é implantar a Vigilância Socioassistencial de forma específica e efetiva. A gestora informou que o processo de implantação da Vigilância Socioassistencial já foi iniciado e que as atividades vêm sendo desenvolvidas. No entanto, ainda não há uma equipe de referência constituída, e o município não conta com profissional de nível superior responsável, um assistente social, cuja presença é obrigatória conforme as normativas do SUAS. A ausência desse profissional compromete a efetivação plena da Vigilância Socioassistencial. Em seguida, foi lida a proposta para o Estado, utilizar exclusivamente os projetos arquitetônicos elaborados pelo Governo Federal para a construção dos equipamentos sociais. A gestora explicou que existem dois tipos de plantas arquitetônicas, uma padronizada pelo Governo Federal e outra adotada pelo Estado. Quando são liberados recursos estaduais para a construção de equipamentos, tem-se utilizado a planta padrão do Estado. Foi o que ocorreu na construção do CRAS Maria José Pinto, edificado segundo o modelo estadual para atendimento de até 5 mil famílias referenciadas em municípios de médio porte. No entanto, esse modelo possui dimensões menores do que a planta federal destinada a municípios de pequeno porte, mostrando-se insuficiente para a demanda real do território. A gestão está desenvolvendo ações para resolver essa inadequação da estrutura física. Atualmente, o Estado realiza apenas questionamentos pontuais às secretarias municipais, o que não configura uma fiscalização efetiva da execução dos serviços. Na prática, o descumprimento das normas por parte dos municípios não acarreta nenhuma consequência concreta. O presidente Thiago citou como exemplo a política pública para a População em Situação de Rua (PSR), instituída desde 2009, mas que só teve movimentações mais efetivas em 2023/2024, motivadas por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Danielle reforçou que, mesmo sendo uma política obrigatória, seu cumprimento ainda é falho, justamente pela ausência de medidas de

responsabilização. Diante desse cenário, o eixo foi avaliado como não avançado. **Eixo 5 - Beneficio Transferência de renda: A importância dos beneficios socioassistenciais e o direito a garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS:** No âmbito municipal, foi apontada como prioridade a intensificação da comunicação sobre as regras de acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio de ciclos de palestras. A gestora avaliou que houve avanços, como a realização de oficinas sobre o BPC no CRAS, mas reconheceu que ainda há espaço para melhorias.A segunda proposta refere-se à reativação do Comitê Intersetorial do PBF. Com a nomeação de dois orientadores sociais aprovados em concurso, o comitê está sendo retomado, com participação das áreas da Saúde e da Educação, conforme exigido. A proposta, portanto, foi considerada cumprida. A proposta enviada para o Estado, foi lida a proposta de garantir o uso do Cadastro Único como base de informações para programas sociais estaduais. No entanto, a proposta não pôde ser avaliada, uma vez que atualmente não há programas estaduais vinculados ao Cadastro Único. Para a União, foi encaminhada a proposta de manter o BPC conforme a redação original do artigo 203 da Constituição Federal , reduzindo para 60 anos a idade do acesso ao BPC, aumentando o critério de renda per capita para meio salário mínimo, tanto BPC Idoso quanto BPC PcD, além de priorizar o atendimento presencial nas agências do INSS, mantendo o analista técnico com formação em Serviço Social quadro do INSS. O presidente Thiago relatou a posição negativa do INSS frente à proposta, destacando a dificuldade de obter respostas do órgão, que frequentemente nega sem justificativa, gerando a necessidade crescente de judicialização. Segundo ele, o INSS não cumpre os prazos e não oferece alternativas administrativas eficazes. Maike mencionou reportagens recentes que apontam o BPC como causador de prejuízos à União, o que pode motivar cortes. Em resposta, Cláudia esclareceu que o aumento de concessões ocorre, sobretudo, por decisões judiciais, quando o Judiciário reconhece o direito de pessoas que, mesmo não cumprindo todos os critérios administrativos, têm sua vulnerabilidade reconhecida judicialmente. Thiago reforçou que muitos têm o direito, mas recebem indeferimentos indevidos, especialmente no BPC PcD. Destacou ainda que, caso um servidor conceda um benefício de forma inadequada, é penalizado, enquanto a negativa indevida não resulta em responsabilização. Apenas os benefícios deferidos passam por análise posterior; os indeferidos, em geral, não. Diante das dificuldades apresentadas, a proposta será reelaborada durante a conferência. Na sequência, avaliou-se, em conjunto, o número de propostas por eixo temático e por ente federativo. A gestora informou que irá encaminhar o documento que foi lido em tela para todos os presentes. A psicóloga Soely registrou que o uso de sistemas on-line permanece como herança do período da pandemia, mas destacou a necessidade de retomada do atendimento presencial, considerando que muitos usuários do SUAS não possuem acesso à tecnologia ou não sabem utilizá-la adequadamente. Diante disso, questionou em qual eixo temático este critério poderia ser debatido no dia da conferência. Foi sugerido o Eixo 2 como o mais adequado para essa discussão. Em seguida, a secretária municipal avaliou que, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados. Agradeceu ao CMAS pelo espaço cedido para a realização da pré-conferência e passou a palavra ao presidente.O presidente, então, abriu espaço para manifestações finais. Como não houve manifestações por parte dos presentes, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a pré-conferência.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata, que foi redigida por mim, Ana Cristina Lourenço.